



SOBRE ONDE NÓS *FIQUEMO*: MAPEAMENTO DIATÓPICO DE UM TRAÇO LINGUÍSTICO RURAL BRASILEIRO

Ivelã Pereira (UFSC)¹
ivelpereira@gmail.com

Felício Wessling Margotti (UFSC)²
felicio.margotti@ufsc.br

RESUMO: As formas verbais de primeira pessoa do plural (1PP) são neutralizadas no português padrão em contextos de presente e pretérito perfeito do indicativo (IdPr e IdPt2), exceto em parte dos verbos irregulares. No entanto, na linguagem em uso dos brasileiros, as formas verbais de primeira pessoa do plural podem ser realizadas de forma não-canônica (AMARAL, 1920; CÂMARA JUNIOR, 1970; CASTILHO, 1992, 2016), a exemplo de *fiqumo(s)* (no Pretérito Perfeito do Indicativo), variante da forma canônica *ficamos*. Em consideração a isso, objetivamos fazer um levantamento diatópico da ocorrência do uso variável dessa forma verbal na Região Sul do Brasil. Consideramos a hipótese de que não se trata de um fenômeno isolado a uma ou outra região, mas uma variante associada ao português falado em áreas rurais. Tal hipótese é baseada em pesquisas anteriores – Pereira (2014) e Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkall (2016) –, nas quais analisamos dados obtidos em algumas cidades de Santa Catarina e Paraná. Nosso suporte teórico ancora-se em Amaral (1920); Frosi e Mioranza (1983); Zilles, Maya e Silva (2000); Bortoni-Ricardo (2005, 2011); Foeger, Scherre e Yacovenco (2017) e outros. A metodologia consiste na análise dos resultados do ALERS, relativamente à flexão verbal de 1ª conjugação em 1PP no pretérito perfeito no indicativo. A análise revelou que o uso da forma não-canônica parece ser bastante comum em regiões de traço [+ rural], indicando que esse fenômeno linguístico é um traço de fala peculiar do sujeito rural brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Flexão verbal. Variação diatópica. Geolinguística.

ABSTRACT: The first person plural form (1PP) in the case of regular verbs is neutralized in the standard Portuguese in present and past tense contexts of the Indicative (IdPr and IdPt2), except in part of irregular verbs. However, in the language used by Brazilians, it can be performed in a non-canonical way (AMARAL, 1920; CÂMARA JUNIOR, 1970; CASTILHO, 1992, 2016). The variant *fiqumo(s)* (IdPr) is an example of a noncanonical form that varies with the canonical (*ficamos*). Then, we aim to make a diatopic survey of the occurrence of variable use of this verbal form in the Southern Region of Brazil. We consider the hypothesis that it is not a phenomenon isolated to one or another region, but something more present significantly in rural locations. This hypothesis is based on previous research – Pereira (2014) and Pereira, Lehmkuhl-Coelho and Loregian-Penkall (2016) –, in which we dedicate ourselves to specific cities of Santa Catarina and Paraná. Our theoretical support is anchored in: Amaral (1920), Frosi and Mioranza (1990); Zilles, Maya and Silva (2000), Bortoni-Ricardo (2005, 2011), Foeger, Scherre and Yacovenco (2017) and others. The methodology consists of the analysis of the ALERS results, based on regarding verbal inflection of the 1st conjugation in 1PP in the IdPt2. The analysis revealed that the use of

¹ Mestra em Linguística, professora substituta e doutoranda em Linguística (financiamento CAPES-PROEX) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e-mail: ivelpereira@gmail.com

² Professor Titular na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutor em Linguística pela UFRGS, e-mail: felicio.margotti@ufsc.br



the noncanonical form is quite significant in tracts [+ rural] regions, indicating that this linguistic phenomenon seems to be a peculiar speech trait to Brazilian rural people.

KEYWORDS: Verbal inflection. Diatopic variation. Geolinguistics.

Introdução

As variações linguísticas, inerentes às línguas, constituem sua riqueza cultural, histórica e social (LABOV, 2008 [1972], 1994; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]) e ocorrem tanto na fala quanto na escrita. As letras das músicas de Adoniran Barboza, como “Maloca querida”, por exemplo, revelam um tipo de variação que é o foco de nosso estudo, mostrando um traço do falar caipira³ e da influência dos imigrantes europeus na língua portuguesa do Brasil. Várias outras canções do compositor trazem esse fenômeno linguístico:

O Arnesto nos convidou pra um samba, ele mora no Brás/ Nós fumos, não *encontremos* ninguém/ Nós *vortemos* com uma baita de uma reiva/ Da outra vez, nós num vai mais/ Nós não *semos* tatu!/ No outro dia *encontremo* com o Arnesto/ Que pediu desculpas, mas nós não *aceitemos* (“Samba do Arnesto”, grifos nossos).

Além desse compositor, outros também se dedicaram a retratar a cultura e a linguagem do homem do interior brasileiro, como é o caso da música “Chico Mineiro”, de Tonico e Tinoco, que traz em sua letra um exemplar desta variação linguística: “Fizemo a última viagem/ Foi lá pro sertão de Goiás/ Fui eu e o Chico Mineiro/ Também foi o capataz/ *Viajemo* muitos dia/Pra chegar em Ouro Fino/ Aonde nós *passemo* a noite/ Numa festa do Divino” (grifos nossos).

As composições citadas foram escritas no século XX, mas no século XXI também surgiram algumas canções caipiras voltadas ao público jovem. Um desses exemplos é a música “Semo porque Semo”, de João Carreiro e Capataz, que não só traz

³ De modo geral, o termo “caipira”, conforme Bortoni-Ricardo (2011) está relacionado à cultura rústica do estado de São Paulo, mas hoje em dia é também usado para descrever o “modo rústico e tradicional dos habitantes do campo, independentemente da região geográfica” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 57).

à tona fenômenos de variação, mas também busca valorizar a identidade caipira: “*Demoremo, mas cheguemo/ Nós semo caipira memo/ Semo porque semo/ E também porque queremo*”. A própria expressão “demoremo, mas cheguemo” traz em seu bojo a realidade de uma cultura que por muito tempo foi desvalorizada na sociedade urbana.

As formas linguísticas são avaliadas pelos sujeitos falantes de uma língua, e algumas variantes podem ser consideradas típicas de uma dada comunidade linguística. Talvez as variantes consideradas “caipiras” ainda sejam alvo de preconceito linguístico (cf. BAGNO, 2002) em alguns contextos sociais e geográficos, mas a avaliação negativa de outras comunidades não deve ser empecilho para a descrição científica da variação. Dentre as características motivadoras de uma variação, existem as de tipo *diatrático* (entre estratos sociais), *diamésico* (referente à escrita e fala, por exemplo), *diagenérico* (relativa à idade) e *diatópico* (relacionada às diferenças regionais).

Focalizando a *variação diatópica*, este artigo procura fazer um mapeamento do uso de 4 (quatro) formas variantes de 1PP (1ª pessoa do plural) no tempo verbal de Pretérito Perfeito do Indicativo. No caso desta pesquisa, o principal *corpus* de análise⁴ é a carta linguística nº 83 do ALERS (Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil). Por conta da escolha do *corpus*, o item lexical é o verbo “ficar”, mas as variações a serem mencionadas podem ocorrer também em outros itens lexicais de mesma característica, inclusive verbos irregulares. As formas variantes⁵ às quais nos deteremos são: *ficamos, ficamo, fiquemos e fiquemo*⁶.

Optamos por designar a forma *ficamos* como *canônica* (abreviada por C), uma vez que se trata da forma típica da norma padrão da língua portuguesa. Contudo, é preciso esclarecer que, no português europeu (PE) padrão, existiria uma diferença de nasalização da VT (vogal temática) para os contextos de *presente* (*cantamos*), com um traço não nasalizado nos casos de *pretérito perfeito* (*cantámos*), pertinentemente à 1ª

⁴ Trataremos sobre especificações detalhadas do *corpus* na seção de “Metodologia de pesquisa”.

⁵ As quatro formas variantes compõem a variável dependente de análise.

⁶ É interessante observar que essas formas verbais não-canônicas, além da mudança da vogal temática (VT), apresentam uma desinência número-pessoal (DNP) não-padrão na maioria dos dados, isto é, ao invés de aparecer a DNP padrão –mos, aparece –mo, e esse é motivo pelo qual deixamos o –s entre parênteses em alguns exemplos.

conjugação. (CÂMARA JUNIOR, 2010 [1970]; BECHARA, 2008; HUBER, 1986 [1933]; CASTILHO, 1992, 2006). Consistiriam, portanto, em dois fonemas diferentes para marcar a relação opositiva temporal.

Mas como nosso trabalho se volta especificamente a um traço do português brasileiro, não consideraremos a forma *ficámos*, uma vez que ela não costuma ser encontrada em *corpus* de fala e escrita brasileira. Um exemplo disso é a pesquisa de Campos, Rodrigues e Gallembeck, que se dedicaram à flexão modo-temporal de pretérito perfeito e imperfeito do Indicativo.

Quanto às formas com radical invariável, dos chamados “verbos regulares”, a identificação se fez a partir de elementos contextuais, em geral palavras e frases adverbiais, já que se neutraliza a oposição entre presente e pretérito perfeito nas formas –mos. Mesmo no caso dos verbos de primeira conjugação, não se observou a possível distinção entre formas com vogal tônica aberta no pretérito perfeito [cantámos] e com vogal tônica fechada no presente [cantamos], distinção característica do português lusitano (CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002, p. 37).

Já as formas *ficamo*, *fiqemos* e *fiqemo* são registradas em algumas pesquisas brasileiras e, por não se enquadrarem no padrão do PB, serão nomeadas de *não-canônicas* (NC). Com isso, o objetivo geral deste artigo será descrever e analisar essas variantes verbais nas localidades do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Nossa hipótese é de que as variantes NC sejam mais produtivas em regiões de característica rural, nas quais, por outro lado, a variante C não seria tão comum. Ou seja, trata-se de um aspecto diatópico relacionado aos traços [+ rural] e [- urbano] que motivaria⁷ o uso de formas não padrão.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de trazer contribuições de descrição e análise linguística acerca de um fenômeno linguístico muito comum ao português brasileiro rural, mas ainda pouco descrito: a variação morfêmica na 1PP em verbos de 1ª

⁷ Além disso, conforme Pereira (2014) e Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkal (2017), é possível que o fator ‘escolaridade’ também influencie nessa questão, mas esse ponto não será o foco principal nesta pesquisa, uma vez que privilegamos aqui o aspecto geográfico.



conjugação, mais especificamente no contexto de Pretérito Perfeito do Indicativo. Buscamos, assim, ampliar, de alguma forma, o referencial analítico e teórico sobre aspectos linguísticos de regiões menos urbanas.

Ademais, acreditamos que a variedade rural tem passado por um momento histórico diferente das décadas anteriores, por conta da ascensão do agronegócio e da modalidade musical comumente nomeada como “sertanejo universitário”. Esse contexto atual de prestígio voltado aos sujeitos do campo poderá, futuramente, trazer maior aceitação e uso de variantes consideradas hoje não-padrão (como o uso de *fiquemo* ao invés de *ficamos*, por exemplo).

Tendo delimitado os horizontes de análise, este artigo está organizado nas seguintes seções: 1) *Discussão teórica*, na qual trazemos reflexões sobre o fenômeno linguístico e os vieses teóricos em que nos alicerçamos; 2) *Metodologia de pesquisa*, onde trazemos detalhamentos sobre o ALERS e o passo a passo da pesquisa; 3) *Resultados e Análise*, seção na qual nos deteremos a analisar os pormenores da carta linguística selecionada e os dados relacionados a ela; e, por fim, 4) *Considerações Finais*, quando retomamos nossos objetivo e hipótese principal, traçando encaminhamentos para possíveis novas pesquisas.

2 Discussão teórica do fenômeno linguístico

A variação morfológica na P4 em verbos no IdPt2 é um fenômeno variável relacionado aos níveis fonético e morfossintático. Por conta disso, esta seção trará um apanhado de estudos e descrições⁸ que se dedicaram à concordância verbal de 1PP, ressaltando-se a alteração morfológica ocorrida nesse fenômeno linguístico. Para além

⁸ Os estudos são variados em seus alicerces teóricos, ou seja, estruturalistas, variacionistas, geolinguísticos e funcionalistas. Essa diversidade se dá porque tentamos trazer à vista o máximo possível do que foi escrito sobre o fenômeno específico deste artigo. Há muitos estudos variacionistas sobre concordância verbal em PP1, mas esse aspecto em específico (alteração de -a- para -e-) geralmente é uma variável independente interna, não a variável dependente, como é o caso deste artigo. Nesses estudos, a alteração da VT geralmente é visto como algo bastante relacionado, por exemplo, ao apagamento do segmento final da desinência número-pessoal (DNP) –mos.

das descrições nas quais nos fundamentamos, nosso embasamento teórico é pautado nos conceitos da Sociolinguística Laboviana (*variante, variável, comunidade de fala*, dentre outros) e também nos estudos brasileiros em Dialetologia e Geolinguística (RADTKE; THUN, 1996).

Sobre o fenômeno em destaque, este estudo ancora-se, principalmente, na descrição de Amaral (1976 [1920]), que, na década de 1920, já mencionava essa variação na concordância verbal como uma das peculiaridades do *dialeto caipira*: “nas formas do preter. perf. do indic. dos verbos em ar, a tônica muda-se em e: *trabaiêmo = trabalhamos, caminhêmo = caminhamos*” (AMARAL, 1976 [1920], p. 29).

Também baseamo-nos em Castilho (1992, p. 250), o qual afirmou que haveria “elevação da vogal temática *a* para *e* [...] no pretérito perfeito do indicativo, para distingui-lo do presente do indicativo: *fiqúemo* (por *ficamos*) [...]”. Ao tratar sobre a morfologização dos sufixos modo-temporais do latim vulgar ao português, tal linguista explica que a distinção entre os tempos verbais (ocorrida no latim vulgar) é restabelecida no português popular, “elevando a vogal temática no pretérito de C1 e C2 (cf. *amamos ~ amemos, bebedemos ~ bebimos*)” (CASTILHO, 2016, p. 152).

Os estudos de Frosi e Mioranza (1983) sobre dialetos italianos também mostraram a existência e uso da forma *cantemo* para 1ª pessoa do plural do Presente do Indicativo do verbo *cantar*. Os autores, comparando os dialetos friulano, lombardo, trentino, vêneto e a koiné, explicam que “a terminação da 1ª pessoa do plural, -emo, deriva da influência dos dialetos vênetos (excetuando-se destes o feltrino-belunês) e do trentino” (FROSI; MIORANZA, 1983, p. 310).

Esses autores são citados por Costa (1990) ao tratar sobre verbos na fala de camponeses. Ela explica que, no dialeto da Colônia Santo Antônio, a forma *e-mo* mostrou-se presente tanto no dialeto italiano falado pelo grupo quanto no português adquirido a partir da migração. Segundo a autora, em relação aos verbos regulares de 1ª conjugação, a forma “*e-mo* ocorre em 79.4% das ocorrências no presente do indicativo e em 90.3% dos casos de pretérito perfeito” (COSTA, 1990, 127).

Ou seja, o uso da forma não-canônica -e-mo (*falemo*, por exemplo) entre camponeses é bastante recorrente, predominando-se em contextos de passado. Mas, no que diz respeito às demais formas variantes, Costa (1990) aponta que a forma padrão é usada em raras ocasiões, a saber: 2,5% das ocorrências em relação ao verbo “falar”. Sobre esse item lexical, a pesquisadora mostrou ter encontrado apenas 3 dados na concordância verbal padrão (*falamos*) e 10 ocorrências com eliminação do -s final (*falamo*).

No que tange a esse aspecto do uso -mo associado à variação -a- para -e-, incluem-se as pesquisas variacionistas de Zilles, Maya e Silva (2000) e Zilles e Batista (2006). Na primeira delas, foi feito um estudo nas cidades de Panambi e Porto Alegre, e o cruzamento entre as variáveis ‘alternância da VT’ e ‘apagamento do /s/ na DNP-P4’ revelaram o peso relativo de 0,93 em relação ao uso de -e- e ao efetivo apagamento. Isso mostraria que o uso do -e- (forma não-padrão) impulsiona a utilização de -mo (não-padrão).

Já a pesquisa de Zilles e Batista (2006) mostrou 556 ocorrências produzidas em contextos de IdPr e IdPt2, mas com apenas 83 ocorrências com apagamento de -s final e nenhuma ocorrência de alteração de -a- para -e-, constatando um “índice muito robusto de ocorrências de DNP-P4 padrão: 82%. Os falantes cultos, portanto, tendem a preservar a forma padrão quando usam sujeito *nós* ou seu nulo correspondente” (ZILLES; BATISTA, 2006, p. 119).

Partindo-se para uma pesquisa de maior abrangência geográfica (isto é, que envolva não apenas o português brasileiro, mas outros dialetos do resto do planeta), em “Esquisse d’une dialectologie portugaise” – *Ensaio de uma dialetologia portuguesa* –, Vasconcelos (1901) faz um estudo dialetológico das regiões em que se fala português. Ele mapeia seus respectivos fenômenos e variações linguísticas conforme as seguintes classificações: 1) *dialetos continentais*; 2) *dialetos insulares*; 3) *dialetos além-mar*; 4) *português judeu*; 5) *Codialetos portuguesas*. O caso do português brasileiro entraria na categoria de “dialetos além-mar”, e uma das características morfológicas mapeadas pelo pesquisador é o uso de diminutivos em variados contextos.

Não são feitas muitas descrições do português do brasileiro na obra, de modo que o objeto a que se dedica esta pesquisa foi apenas mencionado ao tratar do português europeu (na categoria de *dialetos continentais*). Nesse sentido, um ponto essencial a se considerar é que essa especialização do *cantamos* para o presente⁹ e do *cantámos* para o passado parece não ocorrer em todas as regiões de Portugal. Essa descrição, na verdade, refere-se à norma padrão do PE, pois, a partir de uma descrição linguística dos usos reais da língua, já em 1901, Vasconcelos esclarecia haver variações nas regiões de Portugal:

Presente do Indicativo: Há muitas hesitações. No norte de Trás-os-Montes, a gente diz, na 1ª conjug. –*amos*, ex. *Ama-mos* < 1. *amus*; em uma grande parte do país, no Norte, assim como no Sul, nós dizemos –*emos*, ex. *amemos*, – pode ser por influência de *temos* (e também *havemos*), que tem um emprego mais frequente na conjugação perifrástica. No Minho, nós podemos ouvir –*ámos*. – Nas outras conjugações, não há nada a observar. (Em Batalha, eu já ouvi *descimus*). [...] Pretérito Perfeito: No Norte e no Centro, a terminação –*emos* (-êmos, -émos, -iêmos, de acordo com as leis fonética) é mais frequente na 1ª conjug., por analogia com a 1ª pessoa do singular. (-*ei*) : <> *lat- amus* (-*auimus*). Em Androal, dizemos: –*ámos*, como na linguagem literária. Exs.: *amemos*, *amámos*¹⁰. (VASCONCELOS, 1970 [1901], p. 111-112, tradução nossa).

Levamos em consideração que a pesquisa deste autor é datada no começo do século XX, fazendo-se uma descrição linguística do final do século XIX e, por se tratar de uma pesquisa de um português mais antigo, não se pode ignorar que uma descrição linguística atual pudesse demonstrar alguma(s) mudança(s). O que queremos ressaltar,

⁹ Embora o foco deste artigo seja o tempo verbal *Pretérito Perfeito do Indicativo*, é importante mostrar o que se diz sobre o tempo *Presente do Indicativo*, uma vez que, na literatura linguística, na concordância verbal de PP1, costuma ser considerada como *neutralização verbal* no PB (CÂMARA JÚNIOR, 2010 [1970]).

¹⁰ **Présent de l'indicatif:** Il y a plusieurs hésitations. Au Nord de Trás-os-Montes, on dit, à la 1ª conjug. – *amos*, ex. *Ama-mos* < 1. *amus*; dans une grande partie du pays, au Nord, aussie bien qu'au Sud, on dit – *emos*, ex. *amemos*, – peut-être sous l'influence de *temos* (et aussie *havemos*), qui est d'un emploi si fréquent dans la conjugaison périphrastique. Dans le Minho, on peut entendre –*ámos*. – Dans les autres conjugaisons, il n'y a rien à observer. (À Batalha j'ai entendu *descimus*). [...] **Parfait:** Dans Le Nord e dans le Centre, la terminaison –*emos* (-êmos, -émos, -iêmos, d'après les lois phonétique) est très fréquente dans la 1ª conjug., par analogie avec la 1ª personne du sing. (-*ei*) : <> *lat- amus* (-*auimus*). A l'Androal on dit : –*ámos*, comme dans le langue littéraire. Exs. : *amemos*, *amámos*. (VASCONCELOS, 1970 [1901], p. 111-112).

porém, não é uma comparação entre português brasileiro e europeu em diferentes sincronias, mas a questão que nos colocamos é: esse fragmento de Vasconcelos (1970 [1901]) não estaria apontando as origens de variação morfêmica na 1PP em algumas regiões do Brasil?

Tal descrição dá indícios de que esse uso não-canônico parece ser algo mais antigo no português europeu, e é provável, então, que ocorra em “ilhas de conservadorismo” no Brasil, conforme apontam Naro e Scherre (2007). Consideramos, com isso, que as regiões mais conservadoras seriam as de característica rural. Nesse sentido, Naro e Scherre (2007), ao tratarem de traços linguísticos do português europeu não-padrão que são também encontradas no português brasileiro, citam o uso de –êmos ao invés de –amos, ancorados em estudos de dialetólogos portugueses, como Braga (1971) e Cruz (1991), segundo os quais, são encontrados, em Portugal, casos de *andemos, falemos, chamemos, enjoelhemos, arranjemos*. Para esses pesquisadores brasileiros, existe uma confluência de formas não-padrão recorrentes no PE e no PB rural. “Quem conhece a fala rural brasileira pode vê-la consistentemente nos registros de dialetologia europeia” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 130).

Assumimos, pois, que o uso das formas *fiquemo* e *fiquemos* seriam possíveis traços de um português europeu mais arcaico, estando presentes em regiões brasileiras de maior conservadorismo linguístico. Talvez esta pesquisa em específico não nos permita testar essa hipótese com a devida propriedade, mas o mapeamento do uso das variantes em regiões rurais (comparativamente às urbanas) indicará caminhos para ulteriores pesquisas.

Outros pesquisadores brasileiros também parecem se guiar por essa direção. Foeger, Yacovenco e Scherre (2017) apontam justamente este ponto ao pesquisarem a concordância verbal na P4 em Santa Leopoldina – ES (região de característica rural). Os autores fazem uma pesquisa mais abrangente de caráter morfossintático, na qual verificam dois fenômenos relativos à primeira pessoa do plural: a alternância *nós/a gente* e a concordância com o sujeito *nós*. Seu foco, então, não é a variação morfêmica

de *-a-* para *-e-*, mas, por conta da análise e levantamento de dados, acabam por obter também exemplos do fenômeno linguístico a que nos dedicamos. Elas afirmam que:

Em Vitória/ES não foram registradas ocorrências análogas a *estudemo*, *aprendimo* ou a *fumo*. É interessante observar que esse é um traço verificado na variedade popular do português europeu, como notado por Naro e Scherre (2007). Os autores localizam em terras lusitanas “a origem de estruturas linguísticas portuguesas não padrão, que em função de uma confluência de motivações, se ampliaram e se tornaram visíveis em terras hoje brasileiras” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 23), em registros de trabalhos da dialetologia europeia. Partindo desse fato, podemos pensar na elevação da vogal temática em verbos de primeira conjugação na 1PP como uma herança do português popular europeu que ainda se conserva na área rural do Brasil. [...] Em nossos dados, a elevação só ocorre no pretérito perfeito. Não encontramos nenhuma ocorrência de presente do indicativo com terminação *-emo*. Isso indica que esse parece ser mais um mecanismo para reforçar que se está falando no pretérito e evitar a ambiguidade entre os tempos verbais (FOEGER, YACOVENCO, SCHERRE, 2017, p. 15).

Ao comparar os dados obtidos em Santa Leopoldina, localidade rural do estado do Espírito Santo, com os dados oriundos de Vitória, capital desse estado, observa-se que o uso dessas variantes não-canônicas é um traço pertencente à comunidade linguística rural. A pesquisa desses autores solidifica nossa hipótese de relacionar esse fenômeno linguístico ao contexto [+ rural] e [-urbano].

Porém, a hipótese já havia sido construída antes disso, quando havíamos feito uma pesquisa em Pereira (2014), na qual percebemos o número escasso de dados do fenômeno linguístico em questão (inclusive em relação à forma canônica) na cidade de Florianópolis. Isso pareceu ocorrer devido ao fato de que a comunidade linguística então analisada, na cidade de Florianópolis-SC, tinha característica [+ urbana], e os informantes optavam pelo uso de “a gente” (com a concordância respectiva de 3ª pessoa) em seu discurso. Os poucos dados encontrados foram, em sua maioria, da variante C. Já a variante NC apareceu em poucos dados. Uma das informantes que produziu o maior número de dados das variantes NC era do bairro “Costa da Lagoa”, no qual se pode apenas chegar por barco ou por trilha. Essa senhora que produziu esses

dados afirma, em sua entrevista, nunca ter se deslocado além do centro de Florianópolis, revelando seu estilo de vida bastante isolado àquela localidade.

Esses resultados apontaram caminhos para que o *corpus* de pesquisa fosse redimensionado. A seguir estão sistematizados os dados daquela pesquisa:

Tabela 1: Caracterização dos informantes e dados da pesquisa de Pereira (2014)

Bairro	Grupos de Fatores Sociais			Entrevistas Informante	Nº de dados		T
	Sexo	Idade	Escolaridade		n	C	
COSTA DA LAGOA	F	+ velho	Menor	Informante 1	2	0	2
			Maior	Informante 3	0	3	3
		+ jovem	Menor	Informante 2	0	0	0
			Maior	Informante 4	0	0	0
	M	+ velho	Menor	Informante 8	3	0	3
			Maior	Informante 6	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 7	0	11 ¹⁹	11
			Maior	Informante 5	0	0	0
Total					5	14	19
RATONES E SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	F	+ velho	Menor	Informante 9	2	0	2
			Maior	Informante 11	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 10	3	4	7
			Maior	Informante 12	0	0	0
	M	+ velho	Menor	Informante 16	0	0	0
			Maior	Informante 14	0	0	0
		+ jovem	Menor	Informante 15	2	0	2
			Maior	Informante 13	0	0	0
Total					7	4	11
TOTAL GERAL					12	18	30

Fonte: Pereira (2014, p. 60)

A partir dessas constatações e indagações, foi motivada a pesquisa de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkall (2016), na qual obtivemos dados de formas verbais não-padrão na região sudeste do Paraná, o que nos levou a dar prosseguimento à hipótese de que tal fenômeno linguístico seria idiossincrático a regiões com características rurais.

Nesse trabalho, foram coletados dados de um banco rural de falantes descendentes de eslavos (VARLINFE – UNICENTRO, *campus* Irati). Não se tratou de uma pesquisa quantitativa, mas qualitativa, descrevendo-se alguns contextos de uso das variantes NC. Nessa região, há também outros fenômenos linguísticos associados a essa variedade rural (como a epêntese do *-i-*, o uso do /R/ retroflexo, entre outros). Observemos um trecho de entrevista sociolinguística citada em Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkall (2016), com tais características:

(3) **Informante:** Tem mais é bol-, é futebol, a gente vai, né, futebol, né que a gente vai, né, nós *tocamo* um time dali, da colonha, né. Tamo, *joguemo*¹¹ treis joga, né, *perdimos* um, *empatemo* um e *ganhemo* otro. [...] Os jogador tanto do interior daqui memo, tanto *peguemo* de cidade. [...]

Entrevistadora: Você foi eleito pra ser técnico?

Informante: Aqui da central? É que num tinha ninguém pra tocar o Varziano, daí nós *peguemo* pra tocá. Tava parado o time da colonha, né? Daí nós *peguemo* pa tocá com meu irmão otro.

Os dados mostram que o informante (de uma comunidade rural de Irati-PR) se utiliza apenas de formas não-canônicas, pois em todas elas há o uso da desinência número-pessoal *-mo* (ao invés da forma padrão *-mos*). No entanto, a variação de *-a* para *-e* parece ocorrer em contextos de IdPt2 (*joguemo*, *empatemo*, *ganhemo*, *peguemo*), ao passo que a forma *tocamo* é utilizada num contexto de presente durativo (*costumamos tocar* ou *temos tocado*). Nesse caso, a análise de apenas duas entrevistas sociolinguísticas possibilitou um número maior de dados do que 16 entrevistas feitas na cidade de Florianópolis – em Pereira (2014).

Como se pode notar, o estudo do fenômeno linguístico de que se ocupa esta investigação ainda apresenta muitas nuances a serem analisadas. Fizemos um breve levantamento, nesta seção, sobre estudos variacionistas e dialetológicos relacionados a (ou focalizando) este objeto de pesquisa nos estados do Rio Grande do Sul (COSTA,

¹¹ Consideramos como *não-canônicas* as formas verbais com levantamento vocálico em ambos os contextos temporais, mas em pesquisas anteriores (PEREIRA, 2014; e PEREIRA, LEHMKUHL-COELHO e LOREGIAN-PENKALL, 2016), percebemos que o tempo verbal de IdPt2 parece ser um condicionante para o uso não-canônico.



1990; FROSI, MIORANZA, 1983; ZILLES; BATISTA, 2006; ZILLES, MAYA, SILVA, 2000), em Santa Catarina (PEREIRA, 2014) e Paraná (PEREIRA-LEHMKUHL-COELHO; LOREGIAN-PENKAL, 2016). Além disso, mencionamos pesquisas feitas no Espírito Santo (FOEGER, YACOVENCO, SCHERRE, 2017) e sobre dialetos portugueses em variados continentes (VASCONCELOS, 1970 [1901]). Em todos eles, é citada a presença de variantes não-canônicas, o que endossa a nossa hipótese de que o fenômeno linguístico em questão não é restrito a certas regiões, mas sim presente em comunidades linguísticas rurais de diferentes regiões do Brasil (e, talvez, do mundo). Passemos, então, a análise que se dedicará à Região Sul do Brasil, em comunidades rurais.

3 Metodologia de pesquisa

A amostra desta pesquisa é constituída por uma pequena parte do *corpus* do ALERS¹², o qual foi produzido devido ao trabalho intenso de três universidades do sul do país – UFPR (Universidade Federal do Paraná), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – coordenados pelo Professor Walter Koch (até o final da década de 90) e pelo Professor Cléo Altenhofen (a partir do ano 2000). Consistem em registros de dados de fala, oriundos de 294 entrevistas (275 rurais e 19 urbanas), cada uma delas com duração de 3 a 5 horas de gravação para cada informante.

O ALERS é o sexto atlas brasileiro e faz uma descrição voltada ao sul do Brasil, contemplando os três estados dessa região. Segundo Belli Rodrigues (2015), trata-se de um atlas de 1ª geração, “uma vez que não traz interpretação das cartas. No entanto, a apresentação dos dados é complementada pela inserção de gráficos e de tabelas informativas, o que facilita a leitura”. (BELLI RODRIGUES, 2015, p. 44-45). Conta

¹² Agradecemos e damos crédito a esses linguistas que, através de anos de árduo trabalho, possibilitaram que outros pesquisadores pudessem desenvolver seus trabalhos de descrição linguística sobre o português falado no Sul do Brasil.

com uma rede de pontos bastante abrangente, contemplando 294 localidades: 102 no Rio Grande do Sul, 86 em Santa Catarina e 106 no Paraná. Todos os informantes entrevistados têm pouca escolaridade e idade entre 28 e 58 anos, sendo 3 informantes por localidade (ponto) nas áreas urbanas, e 1 por localidade nas áreas rurais.

Foram feitas entrevistas em 275 localidades rurais e complementadas com levantamentos em 19 centros urbanos no período de 1989 a 1992 [6 no PR, 6 em SC e 7 no RS]¹³. [...] Apesar de seguir, mesmo de forma não restrita, a tradição de um único informante por ponto (em muitos casos também um casal de informantes) – investigando o idioleto como unidade de análise válida –, além disso, inquirindo primordialmente informantes do sexo masculino e de faixa etária entre 35 e 65 anos, pode-se considerar um conjunto de no mínimo 275 informantes representativos do português falado na região sul do Brasil. Assim, o ALERS apresenta um atlas linguístico com as mais significativas variantes diatópicas representantes do português rural falado pela classe menos privilegiada dessa região (SIQUEIRA; MAGALHÃES; GONÇALVES, 2014, p. 58).

O atlas apresenta três tipos de questionários, totalizando 711 questões: 26 questões no Questionário Fonético-fonológico (QFF); 24 questões voltadas a áreas de colonização não-lusa; 75 questões no Questionário Morfossintático (QMS); e 610, no Questionário Semântico-lexical. Dentre essas possibilidades, escolhemos para esta pesquisa a questão 13a do Questionário Morfossintático, que diz respeito ao “Pretérito Perfeito do indicativo da 1ª pessoa do plural de ‘ficar’”.

Não selecionamos outras cartas, a título de comparação, porque nosso foco são os verbos regulares de 1ª conjugação na concordância verbal de 1PP. Os demais verbos do QMS eram referentes a outras pessoas do discurso (1ª e 3ª do singular), conjugações, ou verbos irregulares. Desse modo, apenas essa questão se adequou ao tema de nossa pesquisa¹⁴ e, por conta disso, foi escolhida.

¹³ Embora o ALERS tenha recebido esse complemento de localidades urbanas, na carta que utilizamos estão contidas apenas as localidades consideradas rurais.

¹⁴ Esta pesquisa é um fragmento de uma pesquisa maior em andamento: Tese de Doutorado sobre a variação morfêmica na P4 em verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação nos tempos de IdPr e IdPt2, sendo orientada pela Professora Izete Lehmkuhl-Coelho, da UFSC, e Loremi Loregian-Penkal, da UNICENTRO (*campus Irati*).

A partir disso, foi utilizada a carta linguística 83 do atlas, bem como os dados respectivos a ela, constando os números de frequência de cada variante, com vistas a se fazer uma análise qualitativa com foco no aspecto geográfico e sua relação com as variantes utilizadas (*ficamos*, *fiquemos*, *ficamo*, *fiquemo*). A primeira delas é nomeada como uma forma C – canônica –, por ser a que estaria de acordo com a norma padrão. As demais são consideradas não-canônicas – NC –, pelo fato de que não estão de acordo com o padrão descrito nas gramáticas normativas.

No entanto, é preciso deixar claro que, dentre as formas NC, é possível traçar um *continuum*, isto é, há formas menos canônicas do que outras. A forma *fiquemo*, por exemplo, é muito menos padrão do que a forma *ficamo*, pois, além de haver um apagamento do “s” final na desinência número-pessoal –*mos*, há uma alteração morfológica da vogal temática (VT). Desse modo, nosso *continuum* ficou estabelecido da seguinte forma:

<i>Ficamos</i> >	<i>ficamo</i> >	<i>fiquemos</i> >	<i>fiquemo</i>
C >	NC1 >	NC2 >	NC3

Optamos por considerar a forma *ficamo* como menos “não-canônica” pelo fato de que o apagamento do segmento final da DNP –*mos* é bastante comum, inclusive entre falantes mais escolarizados e de regiões mais urbanas (cf. ZILLES, MAYA e SILVA, 2000; ZILLES; BATISTA, 2006). Já a mudança da VT -a- para -e- é algo mais estigmatizado, estando intrinsecamente relacionada à variedade rural (CÂMARA JUNIOR, 2010 [1970]; BECHARA, 2008; HUBER, 1986 [1933]; CASTILHO, 1992, 2006).

Talvez possa se pensar que o informante de um contexto rural produza a forma *fiquemos* acreditando que ela está de acordo com o padrão, isto é, se a DNP não apagada significa um grau maior de monitoramento, ou seja, quando um falante do campo e pouco escolarizado a produz associada a uma mudança da VT, isso pode significar que ele esteja agindo com hipercorreção em relação ao alçamento vocálico. Não faria muito



sentido ele monitorar seu uso em uma desinência (DNP) e não monitorar em outro morfema (VT ou DMT)¹⁵.

Com base nessas considerações metodológicas, partimos para a análise do fenômeno linguístico da 1ª pessoa do plural no verbo de 1ª conjugação “ficar” em contexto de Pretérito Perfeito do Indicativo na Região Sul do Brasil, em consideração aos 275 pontos rurais registrados no ALERS.

4 Resultados e análise

Primeiramente, é preciso ressaltar que, nesta carta linguística, estão contidos apenas os pontos rurais do ALERS, isto é, não foi considerada a complementação urbana ocorrida posteriormente. Trata-se, portanto, de 100 pontos no Paraná; 80 em Santa Catarina; e 95 no Rio Grande do Sul.

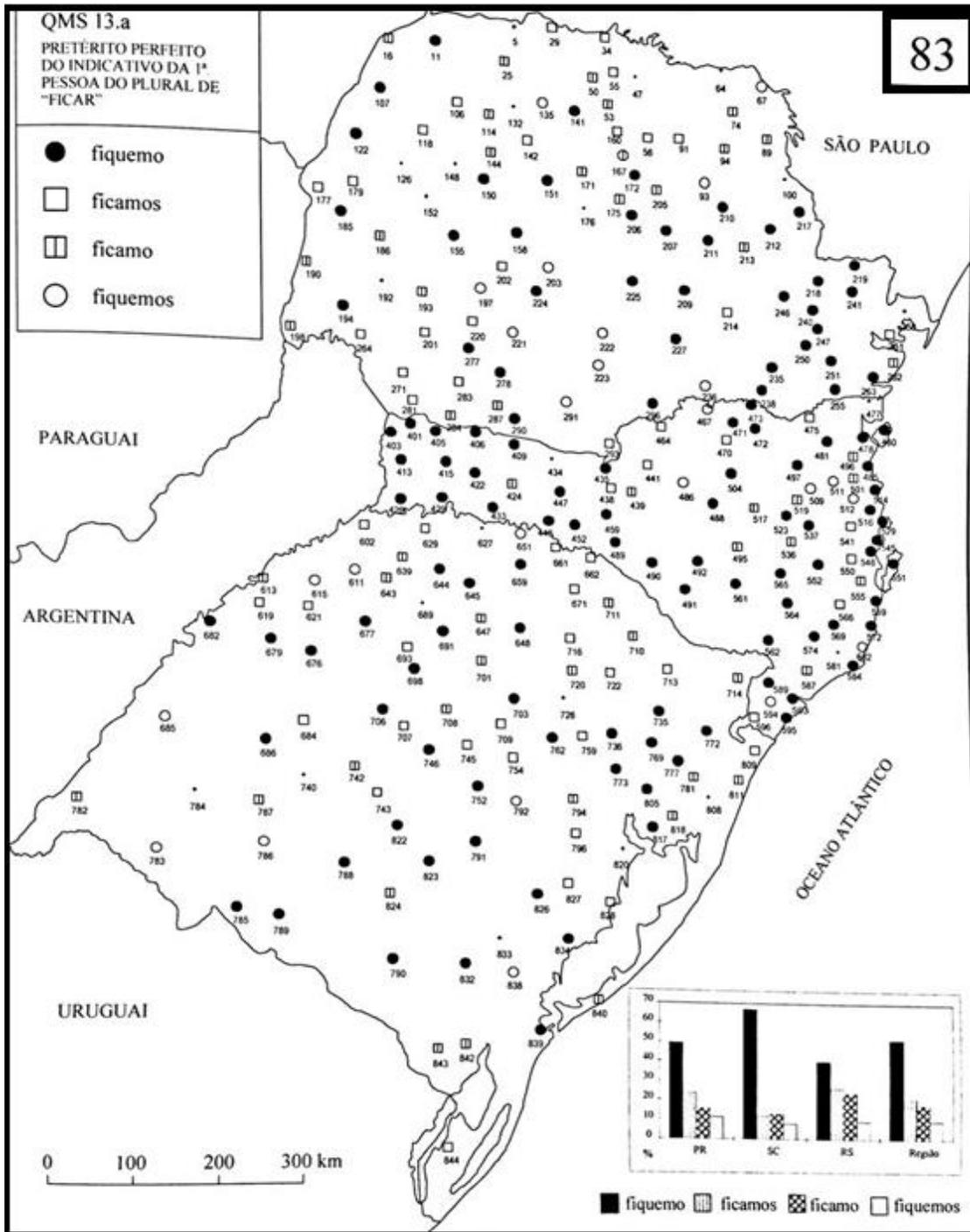
Partimos da hipótese de que o uso das formas não-canônicas (principalmente as NC2 e NC3) sejam comuns a áreas de característica [+rural]. Por conta disso, é que escolhemos o ALERS para esta análise, uma vez que os seus pontos, neste caso, são todos rurais. O primeiro aspecto desta análise será a visualização e discussão da carta linguística 83, que sumariza todos os dados recolhidos, para posterior comparação geral entre os três estados sulistas.

Além da legenda, à esquerda, com as quatro variantes encontradas¹⁶, no canto direito da carta linguística, há um gráfico ilustrativo mostrando o uso em cada estado e o resultado geral da região. Ali não são apresentados os números de ocorrências, mas esses dados estão contidos ao final da obra (na página 482) e serão retomados ao longo da análise, assim como as informações sobre a rede de pontos (p. 59-65).

¹⁵ Colocamos dessa forma porque, embora muitos pesquisadores classifiquem esse fenômeno como um caso de alçamento vocálico, estamos investigando se não seria o caso de uma nova DMT para marcar o contexto de passado.

¹⁶ O ALERS costuma registrar todas as variantes mencionadas pelos entrevistados. No caso do verbo “caber”, irregular de 2ª conjugação, por exemplo, são registradas 14 variantes (*cabemos, cabemo, coubemos, cobemos, cabimo, coube, cobemo, cubemo, cabíamos, coubemo, cabia, cabeu, cubemos, cabimos*).

Figura 1: Questionário sobre a forma verbal de 1PP no Pretérito Perfeito no Indicativo



Fonte: Koch, Klassmann e Altenhofen (2002, p. 403)

Conforme se pode observar na carta, o uso da variante *fiquemo* é extremamente significativo nos três estados. Diferentemente do que costuma ocorrer em pesquisas que trabalham com o léxico, onde aparecem nitidamente as isoglossas, este mapa parece demonstrar que, para esse fenômeno morfossintático em específico, o que tem influenciado não é o aspecto geográfico em si (sul, norte, leste, oeste), mas sim o fato de que os pontos componentes do atlas são todos rurais.

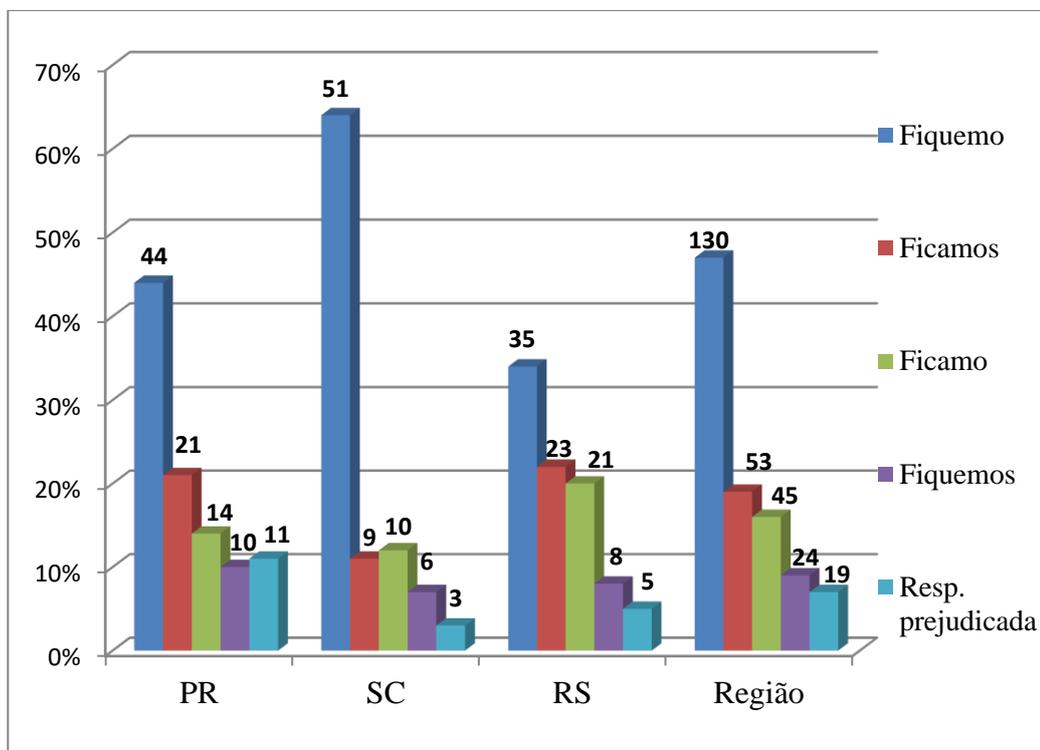
Como se trata de um fenômeno ainda pouco explorado em pesquisas linguísticas, não conseguimos estabelecer muitas comparações com pontos urbanos. Mas acreditamos que, se esta mesma questão fosse comparada ao ALiB (Atlas Linguístico do Brasil), um atlas cujos pontos componentes são considerados urbanos, é possível que os resultados fossem opostos ao que encontramos nesta pesquisa. Um exemplo de trabalho com *corpus* urbano (NURC¹⁷) e que não encontrou dados da variante NC é o de Campos, Rodrigues e Gallembek (2002). Os autores, ao pesquisarem flexões modo-temporais de pretérito (perfeito e imperfeito do Indicativo), observam que apenas a forma canônica (brasileira) é encontrada em ambos os contextos. Desse modo, acabam por descartar dados dessa categoria, uma vez os percebem “neutralizados” no corpus, *i.e.*, somente uma forma aparece em todo o *corpus* utilizado para os dois contextos temporais.

Já no caso desta pesquisa de *corpus* rural, há as referidas quatro variantes para apenas um contexto temporal, de Pretérito Perfeito do Indicativo. Isso aponta indícios de que as comunidades linguísticas rurais, em oposição às urbanas, costumam usar com uma frequência bem maior as formas NC.

Com vistas a observar os dados de maneira mais detalhada, reproduzimos e adaptamos o gráfico contido na carta linguística 83 já apresentada, com a porcentagem ao lado e o número de frequência acima, para que os resultados¹⁸ fiquem mais evidentes.

¹⁷ Córpus de Norma Urbana Culta, contemplando capitais urbanas e falantes de alto grau de escolaridade.
¹⁸ Não foram considerados, no gráfico, os dados de NP (não aplicada), pois isso só ocorreu no Rio Grande do Sul, em 3 pontos, ou localidades (740, 820 e 834). Também a resposta “ficava” foi produzida só em Santa Catarina, no ponto 582.

Gráfico 1: Resultados gerais do uso das variantes da região Sul



Fonte: Adaptação de Koch, Klassmann e Altenhofen (2002, p. 403)

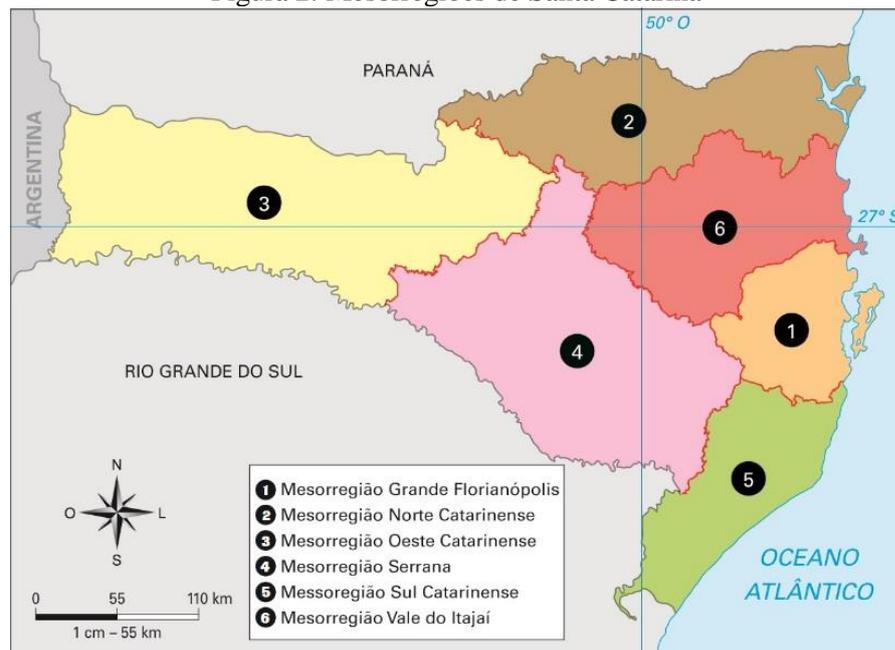
Dos resultados gerais, o uso de *fiquemo* aparece em 47% dos pontos da Região Sul; *ficamos* em 19%; *ficamo* em 16%; *fiquemos* em 9%. É interessante perceber que a variante NC3 e a C estão são as mais frequentes, embora a variante canônica esteja muito abaixo da frequência de uso da variante não-canônica, com DNP e VT não-padrão. Já as variantes NC1 e NC2 ocupam as últimas posições.

Esses resultados mostram que, de fato, o uso do morfe padrão (-a-) está bastante associado ao uso de outro morfe padrão (-mos), assim como o uso do elemento não-padrão (-e-) está relacionado ao uso da DNP não-padrão (-mo). Isso converge com os resultados intralinguísticos de Zilles, Maya e Silva (2000) sobre o cruzamento dessas variáveis.

Voltando-se ao aspecto geolinguístico, o uso de *fiquemo* é mais frequente em Santa Catarina, pois essa variante esteve presente em 51 dos 80 pontos mapeados no

estado. Isso representa uma porcentagem de quase 64% de predominância da variante que seria a menos padrão e mais estigmatizada (uma vez que é relacionada ao contexto “caipira”). A fim de que possa ajudar no entendimento da propagação das variantes, apresentamos um mapa do estado de Santa Catarina demarcado por suas mesorregiões (Figura 2).

Figura 2: Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: <http://sanderlei.com.br/PT/Silveira/santa-catarina/Santa-Catarina-Historia-Geografia-12>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

Há 16 pontos no oeste onde prevalece essa variante NC3, a saber: 401 (Dionísio Cerqueira), 403 (São José do Cedro), 405 (Campo Erê), 406 (São Lourenço do Oeste), 409 (Abelardo Luz), 413 (São Miguel do Oeste), 415 (Maravilha), 422 (Coronel Freitas), 426 (Itapiranga), 429 (Palmitos), 433 (Chapecó), 435 (Água Doce), 447 (Irani), 448 (Concórdia), 452 (Peritiba), 459 (Joaçaba), 489 (Campos Novos). Todos esses municípios são pertencentes às mesorregiões intituladas como 305 e 306 (*Oeste Catarinense* e *Serrana*, respectivamente).

No entanto, na mesorregião oeste desse estado, apresentou-se outra forma variante (*ficamo*) apenas no ponto 424 (Xanxerê). Já o ponto 434 (Ponte Serrada) teve o

questionário prejudicado e, por conta disso, não foi marcada nenhuma das quatro formas variantes.

É interessante perceber, porém, que *fiqumo* não aparece de forma isolada na região oeste, mas também é preponderante em outros 34 pontos espalhados pelo estado, incluindo os municípios de Lages (561), Joinville (478), Florianópolis (551) e Araranguá (593). Esses dados talvez revelem que o aspecto geográfico não é tão influente para esse fenômeno linguístico, diferentemente do que costuma ocorrer no caso de fenômenos fonéticos (uso do /R/ forte, por exemplo) e lexicais.

Além disso, no restante do estado, a forma *ficamo* apareceu também nos pontos 439 (Videira), 495 (Otacílio Costa), 517 (Taió), 519 (Ibirama), 536 (Ituporanga), 496 (Massaranduba), 501 (Luiz Alves), 555 (Santo Amaro da Imperatriz), 587 (Criciúma). Tais pontos contemplaram as mesorregiões *Norte Catarinense*, *Vale do Itajaí*, *Grande Florianópolis* e *Sul Catarinense*, isto é, trata-se de uma variante que ocorre de forma distribuída pelo estado.

Bem no limite entre a região oeste e o centro de Santa Catarina, a cidade de Treze Tílias (ponto 438) apresenta a variante C (*ficamos*), ou seja, a forma mais padrão desta análise. Mais ao norte (meio-oeste), as outras cidades que se utilizam também dessa forma padrão são os pontos: 441 (Caçador), 464 (Porto União), 470 (Monte Castelo), 475 (São Bento do Sul). Depois, mais a leste, descendo para o sul de Santa Catarina, também se utilizam de tal variante formal os pontos 516 (Camboriú), 550 (São José), 566 (Santa Rosa de Lima), e, na fronteira com o Rio Grande do Sul, o ponto 596 (Praia Grande).

Por fim, a variante *fiqumos* ocorre também de forma distribuída pelo estado, contemplando praticamente todas as mesorregiões (exceto a oeste): 467 (Canoinhas), 486 (Lebon Régis), 509 (Rodeio), 511 (Blumenau), 512 (Gaspar), 582 (Laguna), 594 (Jacinto Machado)

Por conta dessa difusão das variantes nas diferentes mesorregiões de Santa Catarina, não foi possível fazer marcações em cima da carta linguística focalizando as áreas em que a variante *fiqumo* é notoriamente mais produtiva do que as demais



variantes. A única conclusão mais plausível é de que o uso de *fiquemo* abarca a mesorregião *oeste* quase que de forma totalitária, enquanto nas demais mesorregiões parece haver maior variação. Uma possível explicação para o uso preferencial da forma *fiquemo* no oeste de Santa Catarina – além de ser uma variante conservadora no português rural do Brasil, como se viu alhures –, pode estar relacionada com a presença mais intensa de ítalo-braileiros e de teuto-braileiros na região, mas essa hipótese necessita de estudos mais amplos, incluindo outros *corpora*, mas isso vai além do objetivo ora perseguido.

Retornando-se aos dados gerais da Região Sul, um aspecto a se destacar é que as três capitais do sul do país, pontos 247 (Curitiba), 551 (Florianópolis) e 817 (Porto Alegre) apresentaram a variante *fiquemo* como a mais produtiva. A princípio, isso pode parecer um desvio, uma vez que as capitais são grandes centros urbanos da região. Mas uma questão a se observar é que, no ALERS, até nas capitais foram investigadas localidades consideradas rurais.

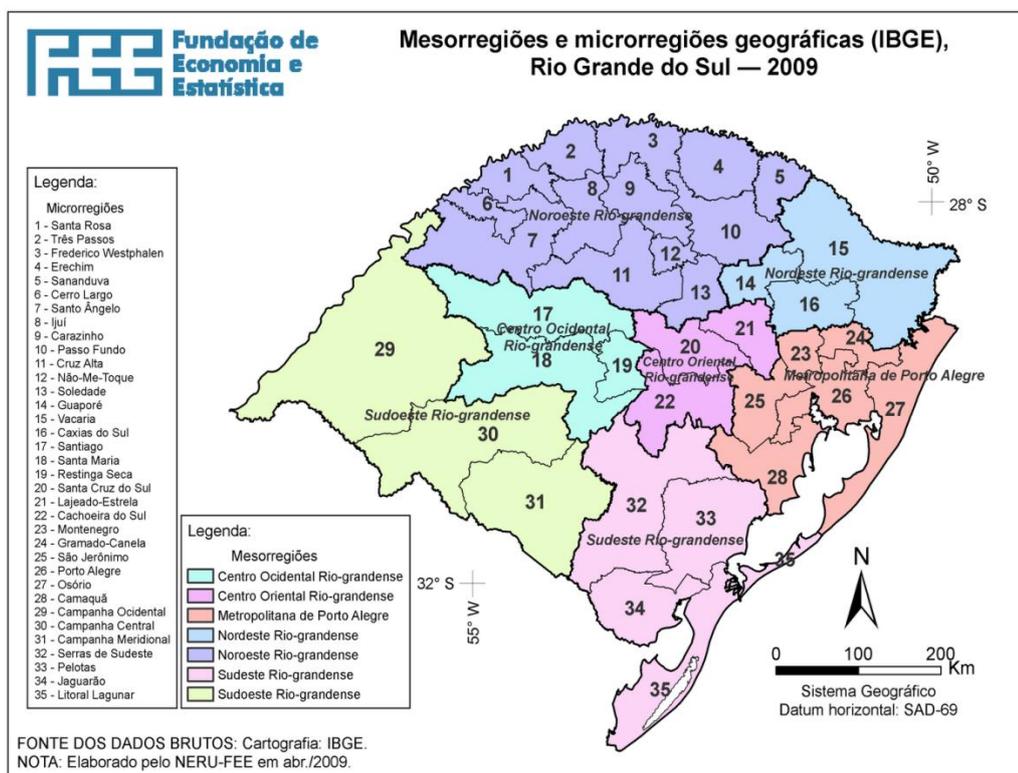
Em Curitiba, por exemplo, o bairro de investigação do ALERS foi *Santa Felicidade*, o qual, embora esteja num contexto urbano e receba turistas, é marcado por uma realidade agrícola e artesanal, sendo uma colônia de italianos, formada em 1878. Nesse sentido, cabe fazer uma relação com os dados de Frosi e Mioranza (1983) e Costa (1990), os quais já haviam mostrado que o uso –e-mo é bastante recorrente em colônias de italianos.

Na cidade de Florianópolis, a localidade investigada foi a *Costeira do Ribeirão*, um bairro bastante distante do centro da capital e também com alto grau de isolamento. Muitos moradores ali são pescadores e descendentes de açorianos, que se dedicam à atividade de subsistência e têm esparsos contatos com outras comunidades.

Também em Porto Alegre, o bairro Lami é uma localidade bastante afastada do centro da cidade, no extremo sul dessa capital. É isolado do restante do município e habitado por pescadores – em semelhança à *Costeira do Ribeirão*, em Florianópolis –, sendo considerado um cenário de “turismo rural”, por conta das propriedades agrícolas

Passando-se a uma análise mais geral do estado do Rio Grande do Sul, observa-se que o uso de *fiqumo* também parece ser generalizado, estando presente em todas as mesorregiões do estado (*Noroeste Rio-grandense, Nordeste Rio-grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Centro Oriental Rio-grandense, Centro Ocidental Rio-grandense e Sudoeste Rio-grandense*).

Figura 4: Mapa das mesorregiões do Rio Grande do Sul



Adaptação de:

<http://adiversidadeespacialdoriograndedosul.blogspot.com.br/2010/07/objetivos-e-criterios-do-governo.html>. Acesso em: 20 de jan. 2018.

O uso de *fiqumo* acontece em 35 pontos, que equivalem a 34% do número de localidades mapeadas. Em comparação a Santa Catarina, portanto, o número de pontos em que essa forma NC3 é significativamente menor, com uma diferença de 30% a menos. Já o uso da forma *ficamos*, a única das quatro variantes considerada canônica, cresce para 22% (em relação aos 11% de SC, ou seja, o dobro). Isso pode revelar que,

neste estado, há um grau maior de monitoramento entre os informantes de realidade rural, ou mais áreas sem contato com línguas de imigração. Do mesmo modo, a forma NC1 (*ficamo*) apresenta um percentual de 20% no estado. Somando-se a forma C e a NC1 (menos não-canônica), tem-se um percentual de 42%, em oposição ao mesmo número de 42% para as formas NC2 e NC3 (*fiquemo*, com 34% e *fiquemos* com 8%).

Ressalte-se que a forma mais formal – *ficamos* – ocorre mais em mesorregiões diversas do estado, como os pontos 743 (Santa Maria), 796 (São Jerônimo), 827 (Dom Feliciano), 684 (Santiago), 602 (Três Passos), 629 (Frederico Westphalen), 671 (Sananduva), 713 (Vacaria), 809 (Torres), dentre outros.

Já a mesorregião Metropolitana de Porto Alegre apresenta um número alto da variante mais estigmatizada – *fiquemo* –, como, por exemplo, nos pontos 773 (Montenegro), 769 (Nova Petrópolis), 805 (São Leopoldo). Do outro lado do estado, nas mesorregiões Sudeste e Sudoeste, predomina o uso das variantes NC3 e NC2 (as mais estigmatizadas da nossa escala) nos municípios 735 (Caxias do Sul), 785 (Santana do Livramento), 790 (Bagé) e 839 (Rio Grande).

Como se pode observar, não parece haver um padrão de uso conforme as mesorregiões, nem conforme as fronteiras entre os estados ou outros países. De modo geral, o que se observa no Rio Grande do Sul é um uso variante das formas NC e da forma C, tendo de ser observados outros fatores para se chegar a uma conclusão mais profícua. No entanto, percebe-se que a porcentagem de uso das formas não-canônicas (NC1, NC2 e NC3) está 74% em relação aos pontos de investigação do ALERS.

No estado do Paraná, por sua vez, observa-se a frequência de 44% da variante mais rural, *fiquemo*, com um número de 44 pontos em todo o estado. Podem-se citar os pontos 11 (Loanda), 141 (Mandaguari), 172 (Faxinal), 185 (Marechal Cândido Rondon), 150 (Campo Mourão), 155 (Ubiratã), 158 (Roncador), 207 (Reserva), 217 (Sengés), 225 (Prudentópolis), 227 (Irati), 235 (Lapa), 241 (Bocaiúva do Sul), 251 (São José dos Pinhais), 290 (Clevelândia), 296 (União da Vitória), entre outros.

É um resultado percentualmente menor do que o verificado em Santa Catarina, mas 10% mais alto do que no Rio Grande do Sul. Ademais, assim como neste último

estado, a segunda variante mais produtiva é a canônica *ficamos*, que também ocorre de maneira dispersa pelas mesorregiões do estado, ocorrendo em pontos a norte, sul, centro, leste e oeste do estado. Ela é produtiva em: Capanema 9264), Barracão (281), Ampére (271), Palmital (202), Quedas do Iguaçu (220), Guaíra (177), Palotina (179), Rondon (106), Itaguajé (29), Porecatu (34), Cambé (55), São Jerônimo da Serra (91), Ponta Grossa (214), Paranaguá (261, Rio das Pedras) e General Carneiro (293).

De modo semelhante a variante NC1 – *ficamo* – aparece de modo “respingado” por todo o estado, contemplando pontos como 262 (Paranaguá, Colônia Pereira), 287 (Pato Branco), 198 (Foz do Iguaçu), 190 (Santa Helena), 114 (Cianorte), 16 (Querência do Norte), 25 (Paranvaí), 53 (Arapongas), 171 (Borrazópolis), 193 (Cascavel), 205 (Ortigueira), 213 (Castro). Por outro lado, um aspecto interessante a se observar é que a variante *fiquemos* (NC2) parece ocorrer mais ao sul e ao centro do Paraná, com exceção dos pontos 135 (Maringá), no *Norte Central*, e 93 (Curiúva), na mesorregião *Centro-Oriental*. Observemos as mesorregiões do Paraná para compreender melhor essa questão.

Figura 5: Mapa das mesorregiões do Paraná



Fonte: <http://sanderlei.com.br/PT/Ensino-Fundamental/Parana-Historia-Geografia-12>.
Acesso em: 20 de jan. 2018.

Como se pode notar em comparação à carta linguística 83, a variante *fiquemos* aparece com força maior no sul do Paraná, mais especificamente nas mesorregiões

sudeste e centro-sul do Paraná, a saber, nos pontos 203 (Pitanga), 221 (Laranjeiras do Sul), 222 (Guarapuava), 223 (Pinhão), 291 (Palmas) e 236 (São Mateus do Sul). Esse dado é algo bastante confluyente com a pesquisa de Pereira, Lehmkuhl-Coelho e Loregian-Penkall (2016), na qual mostramos que o uso de –e-mo(s), bem como de –i-mo(s), na 2ª conjugação, é produtivo na mesorregião sudeste do Paraná. Naquela pesquisa, usamos o *corpus* do banco rural VARLINFÉ, analisando as cidades de Mallet e Irati, sendo que esta última também é contemplada no ALERS – ponto 227 –, e foi a forma *fiquemo* a mais comum na cidade.

A partir dessa análise das quatro variantes de 1ª pessoa do plural no Pretérito Perfeito do Indicativo do verbo *ficar*, no Sul do Brasil, considerando-se suas mesorregiões, pudemos perceber que a questão geográfica não é significativamente relevante na escolha de variantes específicas do verbo *ficar* na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo. Nesse sentido, o que se destacou foi o aspecto rural dos dados do ALERS, uma vez que o número de ocorrências variantes não-canônicas foi bastante significativo nos três estados, contrapondo-se aos resultados de algumas pesquisas de *corpora* urbanos nos quais tais variantes têm baixa frequência ou são inexistente (ZILLES, BATISTA, 2006; CAMPOS, RODRIGUES, GALLEMBECK, 2002).

Considerações finais

Acreditamos ter atingido, com este estudo, o nosso objetivo principal de descrever e analisar (ainda que brevemente) o uso das variantes canônica e não-canônicas do verbo *ficar* na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo em localidades rurais do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Constatamos, em relação a este aspecto, que a mesorregião *Oeste* de Santa Catarina e do *Centro-sul* e *Sudeste* do Paraná apresentam índices mais elevados de utilização das formas não-canônicas NC2 e NC3 – com os morfemas –e-mo e –mo(s).

Nossa hipótese era de que as variantes não-canônicas fossem mais produtivas em regiões de característica rural e que, nessas localidades, a variante C não seria tão comum. O que encontramos no *corpus* rural do ALERS foi um número impactante de formas NC e um número baixo da forma canônica *ficamos*. A menção a essa forma, no entanto, mostrou-nos uma variação ainda comum em regiões rurais. Para que pudéssemos sustentar nossa hipótese com mais propriedade, seria interessante a comparação de dados de mesma categoria em *corpora* de características mais urbana. Contudo, os números que obtivemos podem atestar a hipótese de que o ambiente rural propicia o uso de formas com mudança morfológica de –a- para –e-.

Assumimos e mantemos a hipótese Naro e Scherre (2007) de que isso se deva por conta de que as áreas rurais apresentam certo grau de isolamento maior, o que faria delas “ilhas de conservadorismo” onde estariam presentes algumas formas arcaicas do português europeu, conforme comparações feitas com registros de dialetólogos portugueses. Eventualmente, tendo em vista as especificidades demográficas representadas por populações descendentes de imigrantes italianos e alemães em certas áreas contempladas pelo ALERS, podem representar um reforço na manutenção dessas formas não-canônicas. Mas essa possibilidade exige um aprofundamento na investigação.

Além disso, como apontamentos futuros de pesquisas, acreditamos ser necessário explorar o aspecto da ‘escolaridade’ com maior detalhamento, uma vez que os sujeitos mais escolarizados tendem a monitorar mais sua fala, evitando variantes rurais pelo fato de (ainda) serem estigmatizadas. Além disso, faz-se necessária a comparação de nossa análise com futuras pesquisas que se utilizem de outros *corpora*, inclusive de outra sincronia, considerando-se que os dados do ALERS são da década de 90, já tendo se passado 20 anos, o que renderia boas discussões de diacronia a curto prazo.

Por fim, finalizamos este artigo retomando o nosso título “sobre onde nós *fiquemo*”, percebendo que os sujeitos brasileiros que se utilizam desta variante não-canônica estão espalhados pelos três estados do Sul do Brasil, vivendo em regiões de



característica mais rural, mas sem representar uma área dialetal em específico. Trata-se de um fenômeno não isolado, peculiar à fala rural brasileira, isto é, difuso por toda a Região Sul e, talvez, por todas as áreas rurais do restante do Brasil.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. **O dialeto caipira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1976 [1920].
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.
- BELLI RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana. Metodologia Geolinguística: o Atlas Linguístico do Paraná. **Signum: Estud. Ling.**, Londrina, n. 18/1, p. 37-69, jun. 2015.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2010 [1970].
- CAMPOS, Odete G. L. Altmann de Souza; RODRIGUES, Ângela C. Souza; GALEMBECK, Paulo de Tarso. A flexão modo-temporal do português culto no Brasil: Formas de Pretérito Perfeito e Imperfeito do Indicativo. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de; BASÍLIO, Margarida. **Gramática do Português Falado: volume IV, estudos descritivos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- CASTILHO, A. T. de. O Português do Brasil. In: ILARI, R. **Linguística românica**. São Paulo, Ática, p. 237-285, 1992.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2016.
- COSTA, I. B. **O verbo na fala de camponeses: um estudo de variação**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Campinas: Campinas, 1990.
- FOEGER, Camila Candeias; YACOVENCO, Lilian Coutinho; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A primeira pessoa do plural em Santa Leopoldina/ES: correlação entre alternância e concordância **Letrônica**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 5-17, janeiro-junho, 2017.
- FROSI, V.; MIORANZA, C. **Dialetos italianos**. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- HUBER, J. **Gramática do português antigo**. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 [1933].
- IPARDES. **Leituras regionais: mesorregião geográfica sudeste paranaense**. Curitiba: IPARDES; BRDE, 2004.



KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. **Atlas Linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: Ed. UFRGS/Ed. UFSC/ Ed. UFPR, 2002. v. 1, v. 2.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LABOV, W. **Principles of linguistic change: Internal factors**. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

PEREIRA, Ivelã. Cuidamo(s) e cuidemo(s): a variação morfêmica na p4 em verbos regulares de 1ª conjugação. **Revista Working Papers**, v. 2, n. 14, p. 49-71, Florianópolis, ago/dez. 2014.

PEREIRA, Ivelã; LEHMKUHL-COELHO, Izete; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação na concordância Verbal de nós no presente e pretérito perfeito em Verbos regulares de 1ª e 2ª conjugação: produtiva no sudeste paranaense? **Signótica**. Goiânia, v. 28, n. 2, p. 481-508, jul./dez. 2016.

RADTKE, E.; THUN, H. Nuevos Caminos de la Geolinguística Románica. Un Balance. In: RADTKE, Edgar. THUN, Harald (Hrsg). **Neue Wege der romanischen Geolinguistik**. Acten des Symposiums zur empirischen Dialektologie. (Heidelberg/Mainz 21-24.10.1991) Kiel: Wessensee-Verlag, 1996. p. 25-49.

SIQUEIRA, Ariela S. do Nascimento; MAGALHÃES, Mayara L. Paiva; GONÇALVES, Sandra Maria Godinho. Dialetologia e Geolinguística: Uma análise comparativa do léxico do Atlas do Amazonas e do Atlas da Região Sul do Brasil. **Revista Intercâmbio**, v. XXVIII: 46-70, 2014. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759x

VASCONCELOS, J. L. de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970 [1901].

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L.; SILVA, K. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. **Organon**, Porto Alegre, v.14, n.28/29, p.195-219, 2000.

ZILLES, A. M; BATISTA, H. H. A concordância verbal na primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: **Variação, mudança e contato linguístico no português da região sul**. Pelotas: EDUCAT, p. 100-124, 2006.

Recebido Para Publicação em 02 de fevereiro de 2018.

Aprovado Para Publicação em 30 de março de 2018.